



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

COM OS PÉS NO CHÃO: LEMBRANÇAS ESCOLARES DE UM ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

GONZAGA, Marcos¹
LUCINDO, Nilzilene Imaculada²

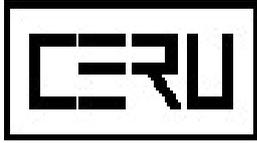
Resumo: Estudos recentes em educação procuram recuperar experiências escolares a fim de compreender os processos e as práticas educacionais do passado. Para isso se valem de documentos diversificados e em alguns casos do relato oral. O objetivo deste ensaio é descrever e interpretar o relato oral de um estudante da Educação de Jovens e Adultos cuja primeira experiência escolar acontece nos anos 70 do século XX no interior de Minas Gerais. Trata-se de um recorte de uma pesquisa já concluída e que teve como sujeitos estudantes da EJA que cursavam o Ensino Médio em uma escola pública da rede estadual. A investigação de abordagem qualitativa empregou como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, desenvolvida a partir de um roteiro constituído de dez tópicos que permitissem, a partir da narrativa, retratar três momentos distintos de sua trajetória: a infância; a escola; a Educação de Jovens e Adultos. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita. O relato apresentado foi analisado numa perspectiva social e histórica com apoio em Demartini (1994, 2011, 2013); Garnica (2011); Lahire (2005); Lucindo; Gonzaga (2016), dentre outros. Também recorreremos à teses e dissertações em educação que tratam de sujeitos envolvidos em processos educacionais na mesma perspectiva. Ao ser questionado sobre suas experiências de escolarização na infância, pôde-se observar no relato do entrevistado a recorrência de temas presentes ao longo da história da educação no Brasil. O relato ressalta ainda sua trajetória intermitente nos primeiros anos de escolarização e questões relativas à cultura do uniforme e da merenda, às estratégias docentes utilizadas para administrar a escola com os poucos recursos disponíveis. Acreditamos que a experiência descrita no depoimento apresentado possa ser representativa no conjunto de investigações que contemplam as condições do oferecimento educacional às camadas pobres da população brasileira em um espectro que vai das iniciativas de instrução elementar no século XIX e alcança períodos mais recentes.

Palavras-chave: Relato oral. Educação Rural. Educação de Jovens e Adultos.

Abstract: Recent studies in education seek to recover school experiences in order to understand the educational processes and practices of the past. For this they use diversified documents and in some cases the oral report. The objective of this essay is to describe and interpret the oral report of a student of the Education of Young and Adults whose first school experience happens in the 70s of the XX century in the interior of Minas Gerais. This is a clipping of a research already completed and that had as subjects EJA students who attended high school in a public school of the state network. The research of a qualitative approach used as a data collection instrument the semi-structured interview, developed from a script composed of ten topics that allowed, from the narrative, to portray three distinct moments of its trajectory: childhood; the school; the Education of Youths and Adults. The interview was recorded and later transcribed. The report presented was analyzed from a social and historical perspective supported by Demartini (1994, 2011, 2013); Garnica (2011); Lahire (2005); Lucindo; Gonzaga (2016), among others. We also resort to theses and dissertations in education that deal with subjects

¹ Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. E-mail: gonzagamarcos45@gmail.com

² Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. E-mail: nilzileneLucindo@yahoo.com.br



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

involved in educational processes in the same perspective. When questioned about his experiences of schooling in childhood, it was observed in the interviewee's report the recurrence of themes present throughout the history of education in Brazil. The report also highlights its intermittent trajectory in the first years of schooling and issues related to uniform and snack culture, to the teaching strategies used to administer the school with the scarce resources available. We believe that the experience described in the presented testimony can be representative in the set of investigations that contemplate the conditions of the educational offer to the poor sections of the Brazilian population in a spectrum that goes from the initiatives of elementary education in century XIX and reaches more recent periods.

Keywords: Oral report. Rural Education. Youth and Adult Education.

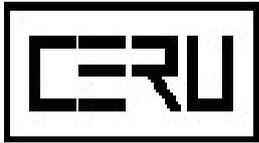
Introdução

[...] é impossível dizer onde terminam as forças da história e onde começam as nossas, e a questão não significa rigorosamente nada, já que só existe história para um sujeito que a vive e só existe sujeito situado historicamente. (MERLEAU-PONTY, 1999, p.635).

Para demonstrar que os microprocessos da vida social poderiam dar conta de esclarecer contextos históricos e sociais mais amplos é exemplar o estudo de Ginzburg (2006), intitulado “O queijo e os vermes”. Em sua obra, o autor coloca em evidência o testemunho de um indivíduo das classes subalternas da sociedade italiana do século XVI. É possível que as memórias do moleiro Menocchio, protagonista da obra, ainda estivessem perdidas para nós caso Ginzburg não tivesse encontrado documentos onde o testemunho transparece e caso não estivesse em movimento outro modo de conceber a escrita da história.

Também nos anos 70, a socióloga Zeila Demartini se encontrava envolvida com um estudo sobre a educação no meio rural. Como Ginzburg, essa socióloga estava interessada em um contingente pouco valorizado nas investigações acadêmicas. Assim, ela irá contribuir com os estudos em educação trazendo à tona as opiniões dos sujeitos comuns envolvidos nos processos educacionais – professores, pais, alunos e diferentes grupos étnicos na sociedade paulistana. Tal procedimento demandou o uso de metodologias rigorosas e de fontes pouco exploradas, como o testemunho oral vindo a preencher lacunas deixadas pelos registros oficiais e possibilitando “apreender o funcionamento do sistema educacional no contexto da sociedade” (DEMARTINI, 2013, p. 231).

Nosso interesse pela questão do esclarecimento de contextos históricos e sociais por meio de memórias individuais nasceu de uma investigação de abordagem qualitativa que teve como protagonistas estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA (LUCINDO;



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

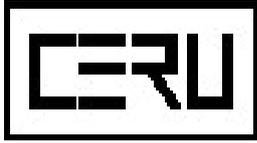
GONZAGA, 2016). As entrevistas foram realizadas em 2014 junto a cinco alunos do 3º módulo da EJA do Ensino Médio de uma escola pública estadual no município de Itabirito – Minas Gerais. Este grupo de alunos foi selecionado mediante dados de um questionário anteriormente aplicado no ano de 2013 na turma escolar por eles frequentada. A amostragem compôs-se de cinco adultos que apresentavam maior idade, quatro mulheres e um homem, com faixa etária acima de 40 anos. O instrumento de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, desenvolveu-se a partir de um roteiro constituído de dez tópicos que permitissem, a partir das narrativas, retratar três momentos distintos da trajetória desses sujeitos: a infância; a escola; a Educação de Jovens e Adultos. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Ao explicitarem sobre suas experiências de escolarização na infância, observamos a recorrência de temas presentes ao longo da história da educação no Brasil. Os temas apresentados nos depoimentos individuais parecem se constituir em um “produto complexo” (LAHIRE, 2005, p. 33) dos casos mais gerais dos dilemas sociais enfrentados em outros períodos da história da educação pela população pobre no Brasil.

Dada a amplitude das experiências vivenciadas e das trajetórias construídas, dentre os cinco protagonistas da EJA, optamos por trabalhar neste ensaio com a narrativa de um único indivíduo: João Pedro dos Santos³. Dessa forma, o objetivo deste ensaio é descrever e interpretar o relato oral de um estudante da Educação de Jovens e Adultos cuja primeira experiência escolar acontece nos anos 70. A partir da experiência escolar por ele vivida e relatada, tentaremos compreender alguns aspectos apresentados no oferecimento educacional público nos séculos XIX e XX.

Acreditamos que a experiência dos enfrentamentos escolares descrita no relato de João Pedro dos Santos possa ser representativa no conjunto de investigações que contemplam as condições do oferecimento educacional às camadas pobres da população brasileira em um espectro que vai das iniciativas de instrução elementar no século XIX e alcança períodos mais recentes. Através de um caminho bibliográfico e qualitativo vamos recorrer a investigações no âmbito da educação entre outras a fim de confrontar e compreender como o testemunho oral em questão se situa dentro de questões políticas e sociais mais amplas.

³ Nome fictício escolhido pelo próprio protagonista da pesquisa para preservar sua identidade.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

História, Memória e Relatos Orais

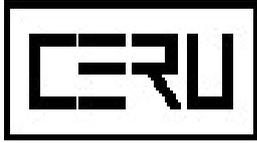
A escrita da história contemporânea busca analisar as experiências vividas e as percepções dos sujeitos nos universos sociais concretos de suas práticas. Ao identificar novas fontes e fazer uso alargado das vivências cotidianas e do testemunho oral, a historiografia contemporânea valoriza, de maneira distinta da tradicional, o vínculo entre história e memória.

A escrita da história tradicional confundia-se com a memória dos grandes acontecimentos e feitos políticos dos considerados grandes homens. Este tipo de operação recolhia o passado como artefato cristalizado, como memória estática e definitiva. A nova historiografia se apoia não somente nos quadros esquemáticos e incompletos que os livros e narrativas gerais nos fornecem (HALBWACHS, 2003), mas em experiências vividas cotidianamente e, assim, sujeita a outras versões de fatos passados.

Segundo Burke (1992) para registrar estas experiências diversificadas foram ampliados os meios de recolha de evidências históricas. À tradicional concentração na análise de documentos oficiais acrescentou-se o uso de toda sorte de dados visuais e orais: fotografias, livros, revistas, atas, registros estatísticos, falas, enfim toda uma variedade de meios que pudessem fornecer evidências das atividades humanas.

Nesta direção, o estudo de Zeila Demartini, na década de 70, sobre a formação de antigos professores da zona rural de São Paulo é exemplar. Nele encontra-se, de maneira explícita, a adesão ao fato de que relatos orais podem ser utilizados como fontes importantes nas investigações sobre a história da educação no Brasil. Segundo Demartini (1994; 2013), em suas investigações, eles possibilitaram a apreensão de fatos desconhecidos por meio das visões de diferentes personagens envolvidos no processo educacional (professores, pais, alunos, diferentes grupos étnicos etc.), na época, pouco consideradas nas reflexões sobre a educação.

De acordo com Amado (1996) os relatos orais contêm uma dimensão simbólica que não deve ser negligenciada pelo historiador, pois é parte da história. Por meio da memória eles são capazes de legar e reelaborar vivências individuais e coletivas dando a conhecer práticas sociais de outros períodos e grupos. Ainda que a dimensão simbólica dos relatos não ilumine diretamente os fatos, autoriza o rastreamento das trajetórias inconscientes das lembranças e suas associações. Permite ainda a compreensão dos diversos significados atribuídos pelos indivíduos e grupos sociais às suas experiências.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Com os pés no chão: lembranças escolares de um estudante da Educação de Jovens e adultos

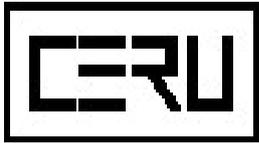
A cidade de Leandro Ferreira no Estado de Minas Gerais remonta ao século XVIII. Figurou como distrito subordinado ao município de Pitangui a partir de lei estadual de 1891. Inicialmente denominada Conceição do Pará somente foi elevada à categoria de cidade em 1962⁴. Cidade pequena onde João Pedro dos Santos de “família pobre” nasceu em 1963.

Conforme Inácio (2003), a situação da Vila de Pitangui na primeira metade do século XIX se mostrava precária quanto às condições materiais das escolas. É provável que não fosse diferente a situação de seu distrito. Em 1837 o governo de Minas Gerais instituiu uma lei que determinava que parte do orçamento da província devesse ser gasto com a instrução em escolas de 1º e 2º grau, buscando prover materiais indispensáveis ao ensino dos meninos pobres. O professor de primeiras letras Antônio José Soares recém-empossado no município de Pitangui à época da lei, solicita ao governo “livros de instrução”, visto que não encontra meios de arrumá-los no próprio local e a maior parte das famílias carecia de recursos para obtê-los. Ademais, sem os livros que o Governo ainda não havia enviado, “o Professor não pode cumprir com seus deveres e com o determinado na Ley” (INÁCIO, 2003, p. 54-55). Não eram somente dos livros que careciam as nascentes escolas para veicular a instrução pública e nem ainda somente, como dizia o secretário de estado Francisco Silvano de Almeida Brandão em 1887, do “professor com todas as habilitações que o regulamento exige”, era preciso atender “ao edifício da escola, aos livros e a todos os outros acessórios materiaes” (MUSIAL, 2011, p.155).

À demanda pela formação de professores, a construção e reforma de escolas e o provimento dos materiais necessários acrescentava-se outro problema a ser contornado pelo projeto de instrução à classe pobre: a frequência às aulas. De acordo com Veiga (2008) para enfrentar este problema foram instituídos diversos dispositivos legislativos no período imperial. O expressivo conjunto de leis previa a fiscalização das escolas e da atuação dos professores. Portanto a ação constante de visitantes oficiais na figura dos delegados literários e inspetores de ensino ou ambos.

⁴ Dados do IBGE. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313830&search=minas-gerais|leandro-ferreira|infograficos:-historico>. Acesso 29 jan. 2018. População estimada em Leandro Ferreira em 2014: 3.297 habitantes.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

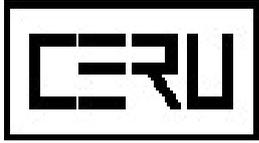
Em 1835 o regulamento legislativo estabeleceu multa aos pais cujos filhos fossem infrequentes. A comprovação de infrequência poderia ser dada pelos mapas da população que os Juizes de Paz deveriam enviar à presidência da província. Não se pode esquecer que a vistoria realizada na atuação dos professores obrigando-os a produzir os mapas de frequência às aulas comprovando a existência dos alunos, era condição de recebimento dos salários. Estes procedimentos relacionados à estruturação do ensino público imperial não se deram sem fortes tensões entre as leis prescritas e as famílias cujas carências materiais impediam os filhos de frequentar as escolas (VEIGA, 2008).

Esta situação presente durante o governo imperial se manteve ao longo do primeiro período republicano (1899-1930). De acordo com Vieira (2011), a matrícula e a frequência representavam um desafio às escolas isoladas. Encontravam-se relacionadas ao descaso do governo e à atuação dos professores que apesar da constante vigilância estavam muitas vezes ausentes ou em licença saúde. No entanto, os fatores mais citados como causa da infrequência são relativos às condições dos alunos e de suas famílias, referindo-se ao descompasso entre o horário de funcionamento das escolas e a realidade das famílias que necessitavam dos filhos para ajuda-los nas tarefas diárias e no sustento do grupo familiar.

Como aponta Musial (2011), havia ainda uma distribuição desigual de aparatos materiais para o funcionamento das escolas e o desenvolvimento das aulas entre as regiões urbanas, os distritos e as áreas rurais no estado de Minas Gerais em fins do século XIX. Em 1897, O secretário de governo Henrique Augusto de Oliveira Diniz diante das providências do governo na provisão de materiais para as escolas públicas, argumenta que a distribuição de materiais às áreas distritais e rurais eram péssimas e solicita que sejam enviados, “senão a todas, ao menos as primeiras” recursos de mobiliário e os “indispensáveis objetos de ensino” (MUSIAL, 2011, p. 157).

Distintamente da situação das escolas de instrução elementar criadas nos primeiros anos do século XIX, os grupos escolares parecem ter recebido outro tratamento com relação ao aparato material. A criação dessas instituições instaurou um novo processo de constituição do ensino público e neste sentido procurou rivalizar com os processos da instrução elementar do período passado tanto em relação aos métodos de ensino quanto em relação aos aparatos materiais.

Vieira (2012) observa que produzir uma representação legítima do saber para esta nova instituição impunha quantidade e qualidade nos materiais a ela dispensados. Pode-se ilustrar



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

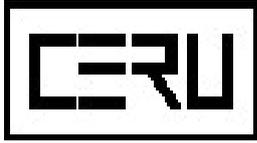
São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

este exposto com o caso do Grupo Escolar D. Pedro II criado em Ouro Preto em 1908 (somente inaugurado em 1909). De acordo com a lista de materiais e mobiliário enviados ao Grupo Escolar no período de 1909 a 1911 apresentada pela autora acima observa-se que, apesar de alguns pedidos requeridos à Secretaria do Interior terem sido negados, muitos outros de material de qualidade foram atendidos. Salienta-se ainda que a obtenção de materiais não se fez unicamente através do Governo do Estado. Era possível consegui-los através da Caixa Escolar criada e referendada através de decreto datado de 1907 e constante no regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas como estratégia do governo para diminuir o orçamento com o ensino. No mais não se pode esquecer que a criação das caixas escolares eram obrigatórias nos grupos, mas facultativa nas escolas isoladas. Em relação ao Grupo Escolar D. Pedro II em Ouro Preto, ressaltando pedidos negados, o saldo pareceu positivo à inspetoria técnica que ao elogiar o cuidado dispensado pelo Governo do Estado com as coisas da instrução destaca a variedade de aquisições para o grupo escolar: “Quadros negros, mappas e glôbo geographicos, contadôres mechanicos, pesos e medidas, bibliotheca didactica, carteiras americanas, museu, apetrechos de costura, tympanos, etc.” (VIEGA, 2012, p. 154).

Escolas isoladas urbanas e rurais continuaram a atuar destarte a criação dos grupos escolares no início do século XX sob os projetos de modernização do governo republicano. Garnica (2011) lembra que nunca se contestou a necessidade destas, “mas a politica educacional vigente, que privilegiava flagrantemente os núcleos urbanos, as relegava a um continuo exercício de carências” (GARNICA, 2011, p. 71).

Ao estudar o Livro de Visitas da antiga Escola Mista da Fazenda Ponte Alta/Bela Vista, vinculada ao Grupo Escolar da cidade de Bariri - SP, no período de 1928 a 1948, entre as constatações feitas por Garnica (2011) encontra-se a de que neste período, atravessado pelas políticas do Estado Novo, a situação das escolas isoladas para as famílias que dependiam da terra e que gravitavam próximos ou distantes das zonas mais urbanizadas funcionavam à margem das políticas públicas. Havia um descaso quanto à frequência nas escolas, quanto ao número de alunos de várias idades numa mesma série e a parca ou nenhuma formação do professor para atendê-los e quando não às dificuldades enfrentadas por estes para viabilizar o ensino diante das muitas necessidades materiais das escolas. Daí a preferência dos professores formados e recém-formados pelas aulas nos grupos escolares nos centros urbanos e o desprezo pelas aulas nas áreas rurais.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Para Demartini (2011) o pensamento de que o ensino para as escolas urbanas deveria ser privilegiado em relação a um ensino inferior oferecido à população rural já estava presente e persistiu durante o período da Primeira República. Foi veiculado principalmente entre

os especialistas e encarregados da educação, a opinião de que o homem do campo não precisava de escolaridade nos mesmos níveis que o da cidade. Nesse quadro geral, a ideia que se formulava em documentos sobre a população rural nacional e seu relacionamento com o sistema educacional existente não poderia ser outra: partia-se do pressuposto, como se fosse fruto de observações diretas, de que era uma população indolente, atrasada, que não compreendia as vantagens da escola para si e para os filhos (DEMARTINI, 2011, p. 180).

Entretanto a autora constata ainda por meio da série de entrevistas realizadas junto à população rural que os colonos procuravam as escolas, não havia entre eles oposição ou indiferença em relação a elas. Se haviam queixas constantes nos relatórios da Diretoria do Ensino da baixa frequência ou a retirada dos alunos para o trabalho no campo, pode-se inferir que a escola era procurada (DEMARTINI, 2011). Também contra o preconceito citado em relação à indolência do homem da zona rural deve valer a fala generalizante feita de João Pedro dos Santos em entrevista assinalando que “o sonho de toda criança é estudar”.

Não é de se espantar que os professores fizessem a apologia do ensino, de suas condições no meio urbano e das imensas vantagens proporcionadas pela cidade. Também não é de se espantar que a cultura rural tenha se tornado símbolo do atraso que impedia o progresso da nação. O mesmo discurso que procurou através das transformações políticas e econômicas e sociais no Brasil veicular o progresso procurou contraditoriamente fixar o homem do campo ao mesmo tempo em que desqualificava sua cultura e mantinha de diversas maneiras muitas famílias rurais pobres às margens dos processos de escolarização. Uma dessas maneiras se apresentou sob a forma material dos uniformes escolares. Silva (2006) observou as transformações dos uniformes nas décadas de 60 e 70, tornaram este artigo mais prático e popular. Os sapatos, artigo raramente usado pelos que moravam nas periferias urbanas e nas zonas rurais, foram popularizados pela campanha da São Paulo Alpargatas através do calçado “conga” entre as décadas de 50 e 70.

Os uniformes escolares também eram considerados elementos que contribuíam com a economia dos alunos, por dispensar o uso de outras roupas, e, teoricamente, a Caixa Escolar fornecia tal roupa para quem não pudesse comprar. No entanto [...] esta instituição não satisfazia a necessidade de todos, havia uma seleção e apenas alguns conseguiam benefícios. Portanto, ao invés de democratizar o acesso à escola, a obrigatoriedade do uso dos uniformes pareceu promover a exclusão das crianças mais carentes. Mas não foi apenas a exigência dos uniformes, foi também a exigência dos



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

sapatos, do material escolar, do transporte e da alimentação. Desta forma, a obrigatoriedade de tal traje parece significar um empecilho ao acesso democrático às escolas. Tentando apagar através das roupas as diferenças que estavam na origem social de cada um, os uniformes escolares acabaram constituindo mais uma barreira, desta vez material, além da barreira cultural e daquelas erguidas pelo preconceito e pela distinção social, que tornaram mais difícil a permanência dos pobres na escola pública (SILVA, 2006, p. 140).

Na escola da pequena cidade de Leandro Ferreira onde João Pedro dos Santos estudava a cultura do uniforme era bem conhecida. Ele a descreve.

“Então a gente ia, o uniforme era uma capanga azul. Era uma capanga azul, um short azul e uma camisa branca. Eu já não tinha uniforme, eu chamava (cornal), tipo uma capanga pra colocar a, chamava (cornal) tipo uma bolsa igual essa assim hoje, e a gente não tinha e era uma conga azul que completava o uniforme, uma conga azul e uma meia branca e eu já não tinha nenhuma das três coisas. Ia era com o pé no chão”.

Se por um lado é preciso compreender as condições escolares dos alunos carentes é preciso também compreender a situação de cobrança para o funcionamento da escola que era exigida dos professores que, como vimos, se fez desde o início da instituição das escolas elementares no século XIX. Silva (2006) argumenta que a questão da ocupação com a merenda do aluno estava entre o rol de reclamações feitas pelos professores em relação às suas funções profissionais. Observou através da leitura de um fascículo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1963) que os professores

queixavam-se do acúmulo de serviços diante da insuficiência de dias escolares, da quantidade de alunos por turma, da carência de materiais e, dentre outras, a necessidade de se ocupar com encargos escolares variados como “Caixa Escolar, Cooperativa, Merenda, Biblioteca, Centro Cívico, Serviço de Saúde, Chefia de núcleo, etc, que frequentemente desviam sua atenção do trabalho de classe” (SILVA, 2006, p. 155).

O que dizer então da situação vivenciada por alunos e professores diante das condições materiais das escolas em zonas rurais, onde se exigia a organização do tempo multivariado das classes multisseriadas, das carências materiais da escola e dos alunos e possível ausência de caixas escolares? João Pedro dos Santos nos fornece mais alguns indícios da situação material de sua antiga escola no município de Leandro Pereira. Através de seu relato é possível, questionar sobre a atuação do governo e do serviço de inspeção às escolas. E observar as estratégias docentes para administrar a escola com os poucos recursos disponíveis.

“E já outra coisa não existia merenda do Governo a merenda era feita assim, a professora já avisava ao término da aula: amanhã a merenda é sopa, quem puder traz



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

cebola de casa, uma folha de couve ou um ovo ou uma batata, qualquer coisa, aquele que não trazer nem saía da aula pro recreio”.

Souza (2015), em estudo sobre duas escolas isoladas rurais no município de Lomba Grande /RS argumenta que entre as décadas de 1940 e 1952 a merenda escolar não era uma prática comum e ocorria por meio de políticas sociais isoladas independentes da instância federal. Sob “motivação Estadual” realizava-se a sopa escolar preparada pela escola com recursos da Caixa Escolar. Salienta que nem todos os alunos traziam lanche e muitas vezes, nestas situações, os professores faziam pães ou compravam algum alimento local típico e ofereciam aos alunos carentes. Neste estudo, realça a realidade destes alunos, a narrativa da Professora Maria Lorena (2014):

“Olha. Me lembro até hoje as coisas. Porque naquele tempo o pessoal não ganhava merenda. Então tinha uma família que botava de merenda. Não sei se eu posso declarar isso aqui [ressente, pois fala da situação de pobreza]. Mas era uma coisa muita séria aqui. Tinha uma família que levava todo dia uma panelinha de angu com leite” (SOUZA, 2015, p. 73, grifo do autor).

Em algumas localidades, como evidenciado na investigação sobre o ensino primário rural em Uberlândia-MG (LIMA; ASSIS; GONÇALVES, 2016, p. 201-202), na década de 70 a prefeitura cuidava da fiscalização do funcionamento das escolas, da contratação de professores, dos salários e do fornecimento de material escolar. O espaço para a instalação da escola, lanche, hospedagem de professores e adiantamento de salário, caso a prefeitura atrasasse o pagamento, era assumido pelos fazendeiros.

A realidade dos alunos mais carentes materialmente era muitas vezes realçada em contraste àqueles que tinham condições de levar para a escola um lanche mais substancial, como o caso dos filhos de fazendeiros, que não raro, estudavam nas escolas. E, ainda, diante da prerrogativa para aqueles que não trouxessem a merenda que se fazia cumprir: ficar sem recreio. Este era o caso de João Pedro dos Santos em Leandro Pereira conforme apontam suas lembranças.

“E quando chegava a hora da merenda como a gente era de família muito pobre e não tinha condições de levar nada eu era barrado dentro de sala, eu ficava dentro de sala. Então vendo aquilo com fome, os alunos saía que aqueles filhos de fazendeiro levava merenda, levava bolo de fubá, outro levava pão de queijo, outro levava até mesmo queijo do bom. [...] É porque devido ser roça, tinha muito filho de fazendeiro e a gente pobre no meio deles. Então era aquela assim, aquele misto, aqueles pobre que levava a merenda, que levava pra fazer a merenda, merendava, saía, os filhos do rico saía com as merendeiras, os filhos de fazendeiro saía com as merendeiras. As merendas



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

boas, antigamente que as mães mandavam né. Eu vendo aquela situação eu chegava a pular a janela e ir embora.”

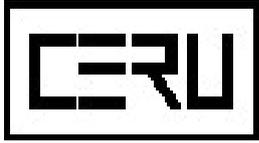
A “merenda do Governo” ou um programa de distribuição e cuidado da alimentação escolar só foi efetivamente estabelecido como política pública pelo governo federal na década de 50, vindo a ser o que atualmente conhecemos como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no final da década de 70 (PEIXINHO, 2011). Não temos informações se haviam repasses de verba do governo para a merenda escolar para o pequeno município de Leandro Ferreira à época escolar de João Pedro no início dos anos 70, mas ficamos sabendo que nem todos os alunos podiam contribuir com os alimentos para a organização da merenda provavelmente à cargo da professora. Sabemos também que tal situação se apresenta no rol de dificuldades da “dinâmica” do ensino relatada por João Pedro dos Santos.

“O regime era assim. Então devido às condições ser muito difíceis, o ensino era muito atrasado. O primeiro ano principalmente, do Ginásio você ficava escrevendo, fazendo risco, como se fosse a dinâmica hoje pra fazer desenho, eu achava aquilo muito monótono. Eu tinha uma vontade muito grande de aprender, eu achava muito monótono aquilo e achava desde menino sem saber ler e escrever eu achava que tava perdendo meu tempo ali, porque às vezes a fome era negra.”

João Pedro dos Santos teve uma trajetória escolar intermitente e de repetências durante estes primeiros anos escolares. Sabemos que ele começou a estudar aos 8 anos e abandonou a escola aos 12 sem concluir a primeira série. Quando retorna a estudar já adulto na EJA no município de Itabirito-MG recomeça o ensino primário para aprender a ler e escrever. Na escola desde os “oito ou nove anos”, ela já havia repetido “uns dois, três” anos a primeira série. Além das dificuldades materiais para frequentar a escola, ele recorda ter enfrentado problemas com a professora

“que era brava e muito rígida na escola, batia com umas varas de marmelo grande que de longe ela pegava a gente e batia pra machucar mesmo. Aí eu pulava a janela e ia embora novamente. Aí quando eu voltava, passava dois meses, três meses eu voltava, e era essa mesma professora e ela pegava só o primeiro ano, só o primeiro ano...”

A mãe de João Pedro chegava a intervir na situação comparecendo à escola. Como a situação não se resolvia, João Pedro interrompia os estudos para ajudar a mãe, catando lenha e esterco para vender: “o que tinha na roça naquela época era isso”, ele diz. Mas apesar disso, não abandonava a escola. Não até que sua mãe o tirasse definitivamente.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

“eu ia dois meses, ia voltava e parava, ia e parava, iniciava e parava. [...] Mas não tinha sequência que ia e ficava uns quinze dias, entra essas confusões, saía dois meses, voltava depois saía e ia embora, voltava. Aí quando passava, quando iniciava o ano era sempre essa professora no primeiro ano e ela me perseguia, foi perseguindo uns três anos até que minha mãe falou não tem como, eu vou te tirar você da escola. Aí eu parei definitivo e aí comecei a trabalhar em comércio, fazenda e o pessoal falava assim, mas você tem uma inteligência tão grande pra desenvolver com comércio, com vendas, essas coisas, porque você não aprende a ler e escrever e contava essas mesma histórias. Aí o tempo foi passando eu já tava com quinze, dezesseis anos...”

O que João Pedro dos Santos compreende, através das recordações dos seus primeiros anos na escola primária rural é que estava “perdendo tempo”. Para sua mãe que era, segundo ele, analfabeta valia muito mais “ajudá-la a buscar lenha ou esterco pra vender”. Ganhava-se “muito mais do que tá indo na escola e não tá aprendendo nada fazendo risco pra baixo e para cima”.

Considerações finais

A debilidade das instalações escolares, a ausência de materiais didáticos e formação para professores, a baixa frequência dos alunos, a desvalorização da escola pelos pais, a pobreza das famílias que forçava os filhos a se entregarem aos trabalhos no campo são situações evidenciadas em estudos sobre o processo de escolarização no Brasil. Estes estudos demonstram o descaso das ações governamentais em relação à realidade das famílias pobres e seu precário aparato material para frequentar as escolas. Mostram ainda que o projeto de construção nacional e sua modernização enfatizando a instrução elementar e a criação dos grupos escolares como pilares de desenvolvimento não proporcionou a todos o acesso à escola. Grande parte dos segmentos da população continuou excluída, material e simbolicamente, do processo educacional, nos meios urbanos e, em especial, nas zonas rurais.

A experiência vivida e rememorada por João Pedro dos Santos, estudante da EJA, compreende muitos dos aspectos dos processos de escolarização que estes estudos abordam. Ela nos ajuda a entender que muitas crianças de famílias pobres das zonas periféricas das cidades e das zonas rurais diante da obrigatoriedade de escolarização adquiriram e adquirem uma formação que excede o âmbito e as exigências da educação escolar. Desprovidas do apoio material da família e da lei que exige seu comparecimento, mas não lhe oferece condições, elas se encontram com os “pés no chão”. No duplo sentido de desprovimento material e da condição de classe que lhes fornece uma “compreensão cortante do social” (BENJAMIM, 1984, p.90).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Parafrazeando Errante (2000), concluímos que se quisermos compreender a experiência escolar em sua negação ou precariedade, não há somente uma experiência, mas várias, que juntas constituem a experiência escolar em sua negação ou em seu oferecimento precário a uma parcela significativa de pessoas que hoje, jovens, adultas ou idosas, retornam à escola.

Referências

- AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v 14, p. 125-136, 1995.
- BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo, Summus, 1984.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais: a participação dos sujeitos na pesquisa histórico-sociológica. **Cadernos CERU**, nº 5, série 2, 1994.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Educação rural: retomando algumas questões. *Revista da FAEEDA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 20, n. 36, p. 175-189, jul./dez. 2011.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Algumas anotações sobre a história de vida e a prática de pesquisa em educação. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.15, n.31, p. 229-247, jul./dez. 2013.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas(8): 141-174, set. 00.
- GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. Memórias de uma escola isolada rural: estudo de um livro de visitas (1928-1948). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 69-86, jan.-mar. 2011.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- INÁCIO, Marcilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. 2003. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições – para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 49, 2005, pp. 11-42.
- LIMA, Sandra Cristina Fagundes; ASSIS, Danielle Angélica; GONÇALVES, Silvana de Jesus. “Inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista”: professoras leigas e alunos das escolas rurais (Uberlândia-MG, 1950-1979). *In*: LIMA, Sandra Regina; MUSIAL, Gilvanice Barbosa (orgs.). **Histórias e memórias da escolarização das populações rurais: sujeitos, práticas, fontes e conflitos**. Jundiá: Paço Editorial, 2016.
- LUCINDO, Nilzilene Imaculada Lucindo; GONZAGA, Marcos. Trajetórias escolares narradas por cinco alunos da Educação de Jovens e Adultos do ensino médio. **EJA em Debate**, Florianópolis, vol. 5, n. 7. jul. 2016.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. **A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899)**: quando a distinção possibilita a exclusão. 2011. 258f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 133f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Katiene Nogueira da. **“Criança calçada, criança sadia”**: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. 312f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas**: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952). 2015. 292f. Tese (Doutorado em Educação) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

VIEGA, Juliana Goretti Aparecida Braga. **O processo de legitimação do grupo escolar como instituição de saber (Ouro Preto, Minas Gerais, 1900-1920)**. 2012. 306f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VIEIRA, Livia Carolina. **Das escolas isoladas ao grupo escolar**: a instrução pública primária em Mariana – MG (1889-1915). 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.